

## Editorial

Caros(as) leitores(as),

Este número da *Revista Educação em Foco* publica artigos de temáticas diversas relacionadas à Educação, de autores oriundos de diferentes regiões brasileiras e um estrangeiro. Essa diversidade temática e regional acaba por nos proporcionar, de maneira indireta, um panorama das questões que têm preocupado pesquisadores e estudiosos da Educação no contexto das sociedades contemporâneas: o domínio da leitura e da matemática em avaliações sistêmicas; gênero e sexualidade na Educação Infantil; discursos e práticas pedagógicas de inclusão; pressupostos teóricos e ideológicos dos institutos nacionais de pesquisas educacionais; processos reflexivos na formação docente; política estadual de capacitação profissional, reformas do ensino primário no início da República e educação popular e economia solidária.

O artigo *Leitura e compreensão leitora – estratégias, práticas e avaliação da leitura em contexto escolar*, de Renata Junqueira de Souza, Ana Cristina Guerreiro e Ângela Maria Franco Martins Coelho de Paiva Balça, das Universidades de Évora e Estadual Paulista, discute o domínio da leitura em avaliações da Língua Portuguesa. Por meio de pesquisa que coletou representações dos alunos sobre leitura e estratégias de leitura utilizadas na escola, as autoras encontraram uma valorização moderada da leitura por parte dos alunos e a existência de incipientes práticas de ensino direcionadas a essa temática, que refletiram resultados pouco satisfatórios nos testes.

O texto *Possibilidades formativas da literatura infantil como arte*, de Keissiane Michelotti Geittenes de Avila e Benedita de Almeida, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, discute o trabalho com literatura infantil nos anos iniciais do Ensino Fundamental de uma escola pública municipal. Por meio de análise de documentos e questionários, a pesquisa apresentou conceitos presentes nos documentos oficiais de orientação às escolas sobre Literatura Infantil, no diálogo com sua

constituição como arte e modo de ampliar a apreensão e compreensão da realidade. Os resultados evidenciaram que a literatura infantil contribui de forma significativa para a formação do sujeito leitor, sendo necessária uma formação específica dos professores para a prática pedagógica com literatura infantil e suas potencialidades formativas, como arte.

As autoras Virginia Georg Schindhelm e Dayse Martins Hora, da Universidade Federal Fluminense, trazem para a nossa reflexão um tema importante, com o artigo *Chuveirinhos e torneirinhas: gênero e sexualidade no currículo da Educação Infantil*. Questões de gênero e sexualidade nas escolas de Educação Infantil foram discutidas a partir de dados de observação participante e narrativas de crianças e de equipe pedagógica, desvelando silenciamentos do(a)s educadore(a)s acerca dessa temática na escola.

O texto *Discursos, interlocuções e prática pedagógica no ensino da criança com paralisia cerebral*, de Marco Antonio Melo Franco, Leonor Bezerra Guerra e Alysso Massote Carvalho, da UFOP e UFMG, trabalha na interface da saúde e da educação para pensar práticas pedagógicas de inclusão. A pesquisa realizada pelos autores identificou desconhecimento por parte dos educadores das causas e repercussões da paralisia cerebral na vida acadêmica dos alunos e a utilização de práticas pedagógicas intuitivas e sem direcionamento específico, propondo a reelaboração dessas práticas para favorecer a aprendizagem dos alunos.

No artigo *Os organismos internacionais e o projeto nacional-desenvolvimentista: o INEP e o projeto de modernização e democratização do país*, as autoras Angela Maria Hidalgo e Fernanda de Aragão Mikolaiczkyk, da Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro), evidenciam os pressupostos teóricos que orientaram a criação do INEP e do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais. Ao reconstituir e contextualizar esse momento histórico, o texto demonstra a vinculação dos projetos desenvolvidos por essas instituições com as orientações dos organismos internacionais.

Em *Formação profissional em Minas Gerais: o que dizem os alunos do PEP*, de Maria Auxiliadora Monteiro Oliveira, Marina Lindaura Maranha Contarine, ambas da PUC Minas e Fernanda Araujo Coutinho Campos,

do CEFET-MG, somos convidados a refletir sobre a política pública de capacitação profissional realizada pela Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais, tendo como foco de análise o Programa de Educação Profissional (PEP), criado em 2007. O Programa visa oferecer educação profissionalizante gratuita para alunos do 2º ou 3º ano do Ensino Médio da Rede Pública Estadual, estudantes que já concluíram o Ensino Médio e alunos do 1º ou 2º anos dos cursos de Educação de Jovens e Adultos, na modalidade presencial; objetivando criar para seus participantes, oportunidades no mercado de trabalho formal e informal. As autoras investigaram onze escolas e oito cursos e os resultados apontaram que os cursos profissionais oferecidos carecem de consistência teórica e prática e não capacita os jovens para o ingresso no setor produtivo.

Matheus Enrique Brasiel e Cristiane Aparecida Baquim, da Universidade Federal de Viçosa, no artigo *As avaliações externas de Matemática no Ensino Fundamental: estudo sobre a microrregião de Ubá (MG)*, apresentam um estudo “quali-quantitativo” no qual comparam os resultados obtidos nas avaliações externas de Matemática nos anos iniciais do Ensino Fundamental em escolas públicas da microrregião de Ubá (MG) e suas implicações no trabalho docente. Os autores problematizam o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e o Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública (SIMAVE), que geram informações e diagnósticos que possibilitam a elaboração e monitoramento de políticas públicas, sendo que tais resultados têm subsidiado e direcionado as políticas públicas para a área de educação, além de gerar mudança na prática pedagógica.

No texto *A reflexividade como busca de sentidos e significados: contribuição na formação dos saberes docentes*, Eunice Andrade de Oliveira Menezes, Silvia Maria Nóbrega-Therrien e Jacques Therrien, da Universidade Estadual do Ceará, exploram uma temática central no contexto das discussões acerca da formação docente. A partir de uma revisão teórica realizada em periódicos nacionais qualificados, privilegiou-se a busca de temáticas, autores e descritores inerentes a essa discussão. Nesse levantamento, foram identificadas várias fragilidades nos modelos de formação docente calcadas na racionalidade técnica. Para romper

com esse modelo, os autores propõem uma discussão em torno da refletividade, da ação comunicativa, dos saberes docentes, dos saberes da experiência e os apontam como elementos favoráveis ao desenvolvimento das potencialidades subjetivas.

O artigo *As reformas do ensino público primário como constituintes da política educacional do Estado de Minas Gerais (1891-1906)*, de autoria de Vera Lúcia Nogueira, da Universidade do Estado de Minas Gerais, e de Irlem Antônio Gonçalves, do CEFET-MG, analisa os fatores que induziram a produção das reformas educacionais mineiras nas duas décadas iniciais da República, quando se realizaram as principais mudanças no ensino público primário. As reflexões se apoiaram em fontes como a legislação educacional, os Anais do Congresso Mineiro, as mensagens e os relatórios dos presidentes. Os autores apresentam os princípios orientadores das reformas de ensino mineiras, sendo que elas foram assumindo contornos ou desdobramentos ajustados às aptidões históricas do Estado. Concluem que as reformas foram lentas e buscavam vencer os obstáculos impostos pelas condições hostis do sertão mineiro para levar as luzes da civilização às regiões mais distantes dos centros urbanos.

Integra também este número o artigo *Educação e economia solidária: uma análise das relações de participação e poder*, de autoria de Telmo Adams, Fernanda Carvalho Ferreira, Joana Frank e Marina da Rocha, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (RS). Os autores apresentam resultados de um estudo sobre Educação popular e economia solidária e problematizam a experiência do Centro de Formação em Economia Solidária (CFES/Sul), assumindo como eixo norteador de suas análises as relações entre participação e poder. Analisaram a definição da política de educação no movimento de economia solidária (Ecosol) e as relações entre a equipe executiva e os participantes nas atividades de formação do CFES/Sul. Em decorrência da proposta pedagógica na perspectiva autogestionária, construída pelo Ecosol, foi possível um processo de mudanças, propiciando resultados que se multiplicaram nos espaços locais, especialmente em fóruns municipais e regionais de economia solidária.

E, por fim, esse número traz ainda a resenha do livro *Associativismo e sindicalismo em educação: teoria, história e movimentos*, organizado por Julián

Gindin, Márcia Ondina Vieira Ferreira e Sadi Dal Rosso. Lúcio Alves de Barros, da UEMG, nessa resenha, discute outro tema muito relevante na área educacional: o movimento dos trabalhadores da educação em tempos de mal-estar docente e de desvalorização profissional.

Desejamos a todos(as) uma boa leitura!

**Santuza Amorim da Silva**

**Karla Cunha Pádua**

*Professoras do Programa de Mestrado em Educação da FaE/UEMG*